

Veículo: Criativa Online		Editoria: Bahia (BA)
Tipo: Site	Página: -	Data: 11/04/2013



Gaban parabeniza o IAF e critica omissão da Procuradoria Geral do Estado

A solicitação do IAF permite que ele possa participar intervindo durante o curso procedimental



Inove Brindes, Márcio França e outras 3.330 pessoas curtiram



Recommend this on Google



Esta semana, o deputado Carlos Gaban (DEM) manifestou a sua indignação pelo silêncio do governo do Estado da Bahia sobre o veto da presidente Dilma acerca da redistribuição dos royalties do petróleo e, por outro lado, parabenizou o Instituto dos Auditores Fiscais da Bahia (IAF) por requerer o seu ingresso na ação direta de inconstitucionalidade - ADI 4917, movida pelo Estado do Rio de Janeiro. “Felizmente, existem representações que tomam providências no

lugar do Estado”, disse o deputado.

A solicitação do IAF permite que ele possa participar intervindo durante o curso procedimental, através de apresentação de memoriais e realização de defesa oral, com o objetivo de resguardar os interesses dos 417 municípios baianos. O instituto alerta para o “apartheid econômico” que existe no Brasil, onde há a concentração da atividade econômica e de investimentos em poucas unidades da federação. Um exemplo é o programa de investimento da própria Petrobrás, que privilegia as bacias de Campos e Santos.

“Não consigo entender a omissão da Procuradoria Geral do Estado que não tomou nenhuma providência com relação ao veto da Presidente da República que prejudicará a Bahia. Será que o alinhamento do PT daqui com o PT do governo federal só serve, única e exclusivamente, para dizer que estão alinhados? Tem que haver autonomia para defender os interesses do Estado”, afirmou Gaban.

Veículo: Bahia Repórter		Editoria: Notícias
Tipo: Site	Página: -	Data: 11/04/2013



Gaban parabeniza o IAF por defender interesses da Bahia e critica omissão da Procuradoria Geral do Estado



Esta semana, o deputado Carlos Gaban (DEM) manifestou a sua indignação pelo silêncio do governo do Estado da Bahia sobre o veto da presidente Dilma acerca da redistribuição dos royalties do petróleo e, por outro lado, parabenizou o Instituto dos Auditores Fiscais da Bahia (IAF) por requerer o seu ingresso na ação direta de inconstitucionalidade - ADI 4917, movida pelo Estado do Rio de Janeiro. “Felizmente, existem representações que tomam providências no lugar do Estado”, disse o deputado.

Veículo: Jornal Grande Bahia		Editoria: -
Tipo: Site	Página: -	Data: 11/04/2013



Deputado Carlos Gaban parabeniza o IAF por defender interesses da Bahia e critica omissão da Procuradoria Geral do Estado

Esta semana, o deputado Carlos Gaban (DEM) manifestou a sua indignação pelo silêncio do governo do Estado da Bahia sobre o veto da presidente Dilma acerca da redistribuição dos royalties do petróleo e, por outro lado, parabenizou o Instituto dos Auditores Fiscais da Bahia (IAF) por requerer o seu ingresso na ação direta de inconstitucionalidade – ADI 4917, movida pelo Estado do Rio de Janeiro. “Felizmente, existem representações que tomam providências no lugar do Estado”, disse o deputado.

A solicitação do IAF permite que ele possa participar intervindo durante o curso procedimental, através de apresentação de memoriais e realização de defesa oral, com o objetivo de resguardar os interesses dos 417 municípios baianos. O instituto alerta para o “apartheid econômico” que existe no Brasil, onde há a concentração da atividade econômica e de investimentos em poucas unidades da federação. Um exemplo é o programa de investimento da própria Petrobrás, que privilegia as bacias de Campos e Santos.

“Não consigo entender a omissão da Procuradoria Geral do Estado que não tomou nenhuma providência com relação ao veto da Presidente da República que prejudicará a Bahia. Será que o alinhamento do PT daqui com o PT do governo federal só serve, única e exclusivamente, para dizer que estão alinhados? Tem que haver autonomia para defender os interesses do Estado”, afirmou Gaban.

Veículo: Bahia Econômica		Editoria: -
Tipo: Site	Página: -	Data: 11/04/2013



11/04 - 16:28hs

GABAN PARABENIZA IAF POR DEFENDER INTERESSES DA BAHIA



O deputado estadual Carlos Gaban (DEM) vem externando a sua indignação ao que ele chama de silêncio do governo da Bahia a respeito do veto da presidente Dilma acerca da redistribuição dos royalties do petróleo.

Diante dessa questão, o parlamentar parabenizou o Instituto dos Auditores Fiscais da Bahia (IAF) por requerer o seu ingresso na ação direta de inconstitucionalidade - ADI 4917, movida pelo Estado do Rio de Janeiro. “Felizmente, existem representações que tomam providências no lugar do Estado”, afirmou Gaban.

A solicitação do IAF permite que ele possa participar intervindo durante o curso procedimental, através de apresentação de memoriais e realização de defesa oral, com o objetivo de resguardar os interesses dos 417 municípios baianos.

Segundo o IAF, existe um verdadeiro “apartheid econômico” no Brasil, onde há a concentração da atividade econômica e de investimentos em poucas unidades da federação. “Não consigo entender a omissão da Procuradoria Geral do Estado que não tomou nenhuma providência com relação ao veto da Presidente da República que prejudicará a Bahia”, frisou o deputado.

Veículo: Jornal da Mídia	Editoria: Destaque Bahia	
Tipo: Site	Página: -	Data: 11/04/2013

jornaldamídia.com

IAF protocola pedido no STF para representar a Bahia na ADI dos royalties

quinta-feira, 11/04/2013 - 15:45



Salvador – O Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF) ingressou com pedido de Amicus Curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4917, ajuizada pelo governo do Rio de Janeiro que é contra a Lei 12.734/2012, que prevê novas regras de distribuição dos royalties do petróleo e participações especiais dos Estados, Distrito Federal e Municípios. O pedido de ingresso será analisado pelo ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha, relatora da ADI.

No pedido do IAF, o Instituto solicita fazer parte da ação na condição de Amicus Curie (amigo da corte, numa tradução livre), uma expressão latina usada para designar o interesse em participar, como terceiro, de uma questão jurídica. Caso o STF aprove o ingresso do IAF, a entidade poderá participar do julgamento da ADIn, expondo amplo levantamento acerca de como ocorre a distribuição, inclusive em termos percentuais, dos royalties sob regime anterior as alterações introduzidas pela citada Lei nº 12.734/2012.

A entidade reputa-se legitimada para atuar na ADI como Amicus Curiae, haja vista ser entidade de classe de âmbito estadual, que congrega os Auditores Fiscais do Estado da Bahia, que dentre as atribuições específicas do cargo, além das atividades arrecadatórias, encontram-se as atividades financeiras, concernentes ao controle de receitas e gastos do Estado, bem como de planejamento financeiro, resultante na elaboração das leis orçamentárias, dos planos plurianuais, balanços anuais e de políticas de desenvolvimento estadual.

O argumento utilizado no requerimento feito pelo Instituto é de resguardar os interesses do Estado da Bahia e de seus 417 municípios, que têm direito de receber recursos da distribuição dos Royalties de petróleo, conforme novas regras, e intervir durante o curso procedimental, com apresentação de memoriais e realização de defesa oral.

Na peça o IAF alerta para o apartheid econômico que existe no Brasil, onde além da concentração da atividade econômica, existe também a concentração de investimentos em poucas unidades da federação. Em destaque, o bilionário programa de investimento da Petrobras, que por razões logísticas e de produção, se concentra nas bacias de Campos (RJ) e Santos (SP).

“A concentração de riqueza e investimentos no Brasil é profunda e estrutural, e utilizar ainda os royalties para aprofundar estas diferenças é um crime contra o federalismo e a Constituição Federal. Todos os estados merecem investimentos, infraestrutura e empresas e uma divisão mais equilibrada dos royalties”, afirma o vice-presidente do IAF, Sérgio Furquim.

Veículo: Bahia Já		Editoria: Economia
Tipo: Site	Página: -	Data: 18/04/2013



IAF aprova contas e defende distribuição royalties petróleo a todos

IAF defende a categoria dos auditores e também os interesses coletivos dos baianos.

Tasso Franco, da redação em Salvador

[Recomendar](#) [D](#) [Tweet](#) [2](#)



Diretoria do IAF com contas aprovadas por Assembleia por unanimidade

Foto: IAF

Centenas de auditores fiscais do Estado compareceram nesta quinta-feira, 18, a Assembleia Geral convocada pela diretoria do Instituto dos Auditores Fiscais (IAF), na Casa do Comércio, e aprovaram, por unanimidade, as contas relativas ao exercício fiscal de 2012. A presidente da instituição, Lúcia Soares, destacou, no entanto, que apesar das dificuldades "a união em defesa de nossa categoria seguirá firme e com muita disposição".

O IAF tem sete anos de fundado e luta para se transformar em sindicato dos auditores sofrendo um permanente boicote de forças políticas baianas, com processo que tramita junto ao Ministério do Trabalho e no STF.

No momento, já que o governo da Bahia tem se posicionado passivamente sobre a distribuição dos royalties do petróleo, a nova luta do IAF em ação de intervenção assistencial em processos de controle da constitucionalidade (*Amicus Curiae*) junto ao STF é exatamente em defesa da distribuição dos royalties a todos os estados e não privilegiando as áreas territoriais de produção, Rio e ES, em especiais.

Para o diretor de Mobilização Social, Augusto Ferrari, o IAF é uma jovem instituição, mas que tem um rol imenso de serviços prestados à categoria dos auditores fiscais, dos seus 760 afiliados, e está sintonizado com a sociedade baiana. "Nós nos preocupamos com royalties, nos detivemos em protesto contra as tarifas extorsivas cartoriais, contra as excessivas taxas de reajustes da água pela Embasa e assim por diante", confessa Ferrari.

Veículo: Bahia Já		Editoria: Economia
Tipo: Site	Página: -	Data: 18/04/2013

Ferrari comenta, ainda, que o IAF foi pioneiro na ação judicial do teto constitucional; pioneiro e único na ação classe cargo; atua na proteção do redutor salarial; atua na proteção e acompanhamento aos auditores fiscais nas esferas administrativas; é uma instituição transparente; e que luta, permanentemente, pelas promoções dos auditores e pelos reajustes constitucionais da categoria.

Leia também

Morre a empresária Dírce Navarro de Camargo, a mais rica do Brasil

SINDIPETRO preocupado com incêndio no reator da U-6 na RLAM

Empresários da Tancredo Neves têm encontro com secretário Prefeitura

Câmara Portuguesa da Bahia terá stand em evento de negócios em BH

QUE LOUCURA! Hiper Extra da Vasco da Gama é interditado por Vigilância

Secretário destaca Bahia como produtora de cortes especiais de ovinos

"É um absurdo que até agora o governador do estado não tenha enviado a Assembleia Legislativa os indicadores dos reajustes dos servidores públicos, o que deveria ter ocorrido desde início de janeiro. A inflação está aí. Foi ao supermercado na semana passada e gastei R\$102,00. Voltei ao supermercado esta semana e gastei R\$132,00 com as mesmas mercadorias", confessou Ferrari.

AS CONTAS

O parecer do Conselho Fiscal foi apresentado pelo auditor Josias Menezes Neto, o qual destacou os empreendimentos feitos pelo IAF, a compra da sede própria e o mobiliário das instalações, os gastos com as demandas jurídicas em curso, e o que é arrecadado e gasto nas suas despesas administrativas.

Menezes Neto disse que o momento é de prudência, de recompor o caixa e reservar recursos para as futuras

demandas da instituição.

No exercício de 2012, o IAF contabilizou uma receita de R\$1.2 milhão e despesas que resultaram um superavit superior a pouco mais de R\$100 mil.